

Algumas palavras sobre a Perspectiva, seu projeto, suas propostas

Nesta edição, os editores de Perspectiva dão continuidade a uma prática antiga de sua linha editorial, recentemente retomada: a de investir em edições multi-temáticas, heterogêneas em termos de conteúdo, embora resguardando um certo nível de convergência entre os artigos, alternando-as às edições temáticas. Este duplo movimento, ora aprofundando um tema exclusivo, ora abrindo o horizonte das discussões, vem se revelando extremamente profícuo, uma vez que permite atender demandas diversificadas da produção acadêmica. Buscando opções à práticas predominantemente restritas ou paroquiais, Perspectiva abriga e dá voz a trabalhos científicos de pesquisadores, do país ou fora dele, que se candidatem a utilizá-la como veículo de divulgação para seus artigos.

Os números temáticos têm permitido o tratamento sistematizado de assuntos circunscritos à área de Educação, facilitando articulações com associações científicas, a ANPED em particular, bem como fortalecido os núcleos e linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação, seja como expressão de suas atividades acadêmicas, seja veiculando produtos de seus convênios internacionais. Bons exemplos são as edições dedicadas às áreas de Educação e Trabalho, Filosofia e Educação, Educação e Comunicação, Educação Infantil, entre outras.

A retomada da tradição multi-temática, por seu lado, viabiliza, à revista, incorporar o amplo leque de tópicos e debates postos em tela por educadores contemporâneos e por pesquisadores de áreas de interesse próximos aos da Educação. A edição de Perspectiva que ora apresentamos aos leitores e leitoras é disso um bom exemplo. Nela estão publicados artigos vindos da Argentina, Itália, França e Inglaterra, assim como de vários estados do país. Tal abertura espelha, nessa edição, um aspecto que, via de regra, tem sido apresentado como uma das fragilidades do campo científico que toma a educação como seu objeto, mas que, a nosso ver, pode configurar-se como uma de suas mais ricas potencialidades – a diversidade de enfoques, múltiplos em sua inserção disciplinar e em seus referenciais teóricos. Evidencia-se, assim, a diversidade conceptual e temática a que correspondem autores de origem vária. Ademais desses avanços, esta edição de Perspectiva procura responder a um outro com-

promisso, qual seja o da preocupação com a qualidade do que divulga, com a socialização de argumentos qualificados, bem como com a cuidadosa atenção ao debate crítico propiciado pelas pesquisas, feliz conquista de um corpo editorial descentrado em termos institucionais e geográficos.

De outra parte, os editores da revista têm procurado manter-se coetâneos aos movimentos político-institucionais que têm como centro de interesse a universidade brasileira. Por isso mesmo, nesta edição, não poderiam deixar de assinalar a crise das universidades públicas nacionais, particularmente a das Universidades Federais. Crise que também é nossa dado que *Perspectiva* é uma revista editada pelo Núcleo de Publicações (NUP) do Centro de Ciências de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Não poderia, igualmente, deixar de registrar o movimento de resistência de docentes, funcionários técnico-administrativos e discentes em sua luta por condições de trabalho dignas e em defesa de uma universidade pública de qualidade, na qual a produção e difusão do saber possam manter seu compromisso social.

Como se anuncia exaustivamente, as políticas educacionais brasileiras têm visado a construção de um programa de inserção do país no novo paradigma da economia da informação e do conhecimento globalizados preconizados, sobretudo, pelos projetos do Banco Mundial e do FMI. Nessas circunstâncias, pretendem instituir mudanças estruturais na universidade, enfatizando o suposto esgotamento do modelo universitário, tema recorrente na retórica oficial. Em publicação do Ministério da Ciência e Tecnologia encontramos a afirmação, em tom até otimista, de que “as universidades [...] têm plenas condições de fazer a transição de um modelo esgotado e limitante para conseguirem dar respostas ao aumento das demandas sociais transgredindo e superando seu próprio conservadorismo”.¹

Não bastasse a desconcertante franqueza do senhor Ministro da Educação de que “o atual modelo de financiamento do ensino superior se esgota em cinco ou seis anos”,² vale recordar sua célebre entrevista, nos idos de 1996, na qual afirmava que “a ênfase no ensino universitário foi característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias”, um modelo, acrescentava, hoje em dia “em estado de agonia terminal”.³

Não chega a surpreender, dessa forma, a intransigência do senhor Ministro da Educação com as reivindicações dos vários setores das universidades federais. No caso dos docentes, reivindicações quanto ao déficit de

professores, às condições precárias de funcionamento das universidades, ao nível insustentável dos salários aviltantes, à instabilidade no emprego, aos contratos por duração determinada, ao excesso de aulas, à carreira estilhaçada, entre outras coisas. Por todas essas razões deflagrou-se a greve neste agosto de 2001. Se a greve dos petroleiros, como lembra Duayer,⁴ o governo se apressou em resolver em três dias, pois que as receitas da empresa não poderiam ser comprometidas, a greve dos docentes se obstina a prolongar. É notório que não há receitas perdidas em universidades gratuitas! As perdas impostas à sociedade não são contabilizadas pelo governo federal. Chegamos, assim, aos mais de 90 dias de paralisação.

Não podemos nos dispensar de refletir sobre o quão indigna e sombria é a situação da universidade pública brasileira. Além de reduzido a uma educação pós-secundária e a *locus* de “reconfiguração” de conhecimentos, esse modelo funcional pretende gestar o futuro do professor e do intelectual universitário, os “modernos piratas e corsários”,⁵ seduzidos pelo léxico das reformas em curso cujo vocabulário forja um sistema de crenças para obter os mais eficazes resultados com o exercício mínimo do poder. Ou, melhor, uma dominação baseada menos na repressão explícita e mais nas diversas formas de cooptação ideológica e desestruturação de projetos políticos alternativos. Em suma, vislumbra-se o docente como um trabalhador periférico, numa universidade cujo triste traçado está estampado em cada gesto, em cada palavra, em cada ato, em cada política, desferidos pelo governo nacional.⁶

Deixando aqui registrado nosso integral e irrestrito apoio à defesa da Universidade pública brasileira, passamos a uma breve apresentação do teor dos artigos que integram este número.

Os dois primeiros enfocam a discussão contemporânea das mudanças culturais, da assim chamada condição pós-moderna, do mal estar da época cética e pragmática que vivemos, dos textos e das interpretações que não podem mais expressar ou, até mesmo, se aproximar da realidade, do corrente relativismo epistemológico e ontológico.

O artigo, de Mário Duayer, **Marx, discurso e verdade**, insere-se na atual, complexa e instigante discussão filosófica sobre a ontologia. O ponto de partida é a afirmação da natureza ontológica do pensamento de Marx – o qual, de acordo com Lukács, foi o pensador que restaurou a ontologia no pensamento moderno. Segue-se uma argumentação que procura mostrar que Marx buscou compreender e explicar a razão de ser (social) das teorias que criticava, o que equivale a dizer que não conferia primazia à crítica de

natureza lógico-gnosiológica tradicional no pensamento ocidental. Porém, prossegue Duayer, como a ontologia, na atmosfera cultural e filosófica dos dias que correm, é apenas evocada para em seguida ser desqualificada como relativa, realçar o caráter ontológico do pensamento de Marx pode ser confundido com sua desclassificação. Visando reafirmar a atualidade do pensamento marxiano, Duayer recorre a Searle, autor não marxista e contemporâneo, que, a seu modo, é crítico vigoroso do relativismo ontológico em vigência e elabora suas críticas no terreno preferido do adversário, o da linguagem e do discurso, tomando ali os temas mais fundamentais e criticando-os com detalhe. O artigo finaliza com uma rápida referência a Bhaskar, evocando uma imagem, inspirada na *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, que oferece um panorama dos movimentos recentes no terreno filosófico, além de indicar ali o papel da ontologia.

Hugo Calello, autor do segundo artigo, **Solo el nuevo perfume de una vieja ideologia**, apresenta suas formulações a partir de três pontos básicos. Em primeiro lugar, analisa as raízes filosóficas nietzscheanas e heideggerianas do que denomina “o novo perfume de uma velha ideologia”. Uma ideologia cujo poder consensual se apóia na constituição de um imaginário que impregna a sociedade de fantasias e modismos mediante os quais a incerteza, a má sorte, a violência e a desigualdade se apresentam como as novas e absolutas formas de liberdade do início do século; em segundo, explicita tendo como referência a teoria crítica de Adorno, como, por meio da hegemonia da palavra vazia, constitui-se um jargão político destinado a manter a sociedade paralisada no consenso rotineiro e, em terceiro, discute o papel exercido por alguns autores contemporâneos – tanto os novos intelectuais orgânicos da cultura hegemônica como os “pragmatistas” e os “desconstrutivistas” – na constituição de tal consenso.

Os artigos subseqüentes aproximam-se da economia, da história, da política e de práticas educativas. Gaudêncio Frigotto, em **Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**, examina, em primeiro lugar, a diferença entre o entendimento do trabalho como categoria específica do ser social – a dimensão ontológica – e as formas que assume o trabalho na escravidão, no servilismo e no trabalho como mercadoria, como força de trabalho - trabalho/emprego, trabalho assalariado no capitalismo. Tal distinção, assinala o autor, é fundamental para que não se confunda a crise do trabalho assalariado com o fim do trabalho. Com base neste primeiro aspecto, Frigotto analisa o significado

da crise do trabalho assalariado no contexto da nova sociabilidade do capital e da ideologia do neoliberalismo ou, como enfatiza, do mercado como deus absoluto das relações sociais. Como conclusão, o artigo sinaliza que a crise do trabalho assalariado assume hoje em dia uma dupla dimensão - de perigo, risco e violência, mas também de possibilidade e alternativa.

O artigo de Maria Drosille Vasconcellos, **A questão do emprego juvenil: singularidades européias**, situa-se no campo da educação e trabalho. A autora discute a inserção profissional dos jovens, na Europa, hoje um dos problemas sociais centrais no debate político. O texto acompanha o esforço dos vários países europeus no sentido de criar condições e facilitar o acesso ao emprego no mercado de trabalho para os jovens egressos do sistema educacional. Não obstante, assinala a autora, é preciso levar em conta que na Europa e na França, em particular, o aumento contínuo do nível geral da escolaridade das novas gerações que entram no mercado de trabalho acabou por conduzir à desvalorização dos diplomas. Como conseqüência, prossegue, aos que atingiram somente o nível da escolaridade obrigatória (16 anos) são impostos empregos desqualificados ou, na maioria dos casos, não conseguem ter acesso ao mercado de trabalho. Para melhor observar as condições de inserção profissional, a autora compara diversos países da Europa com vistas a uma melhor compreensão das modalidades particulares que apresentam no que tange à passagem da escola ao trabalho.

O artigo de Olinda Evangelista, **Memória apagada: Fernando Azevedo e a formação do professor**, tem como foco de interesse a história da primeira escola de preparo superior do mestre no Brasil, o Instituto de Educação, criado em 1933, por Fernando de Azevedo, tema, aliás, de sua tese de doutoramento. Mais que a história do Instituto, no entanto, recupera o momento em que se institucionaliza a formação docente na universidade, em 1938, pela incorporação desse Instituto à Universidade de São Paulo. O que a autora coloca em tela é o fato de que a memória legada pelo Diretor do IEUSP omite questões importantes sobre essa experiência ou, dito de outro modo, de que Azevedo, ao registrar suas memórias e ao redigir sua obra, apagou da História da Educação dados importantes sobre a formação em nível superior do professor. A proposta de Evangelista é justamente expor as formas pelas quais o autor promoveu esse ocultamento.

O sexto artigo desta edição, de autoria de Antonio Munarim, **Educação de jovens e adultos agricultores, um problema de política públi-**

ca e cidadania – também fruto de pesquisa de tese de doutorado -, volta-se à apresentação do projeto Terra Solidária, um programa de educação de agricultores familiares do Sul do Brasil (PR, SC, RS), desenvolvido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). O artigo mostra como a CUT, sob os auspícios do Estado brasileiro, propõe-se a mediar um processo pedagógico contraditório: por um lado, formação política de consciência de classe; por outro, formação técnica dos trabalhadores na perspectiva do aumento da produtividade do trabalho. O autor defende a hipótese de que, em que pesem as armadilhas da sociabilidade capitalista, a experiência desenvolvida pela CUT significa um importante espaço de ampliação da política na perspectiva da democratização do Estado e da sociedade.

O artigo de Maria Helena G. Frem Dias-da-Silva, **A cultura da escola pública e a pesquisa colaborativa com professores: alguns conflitos**, problematiza aspectos da cultura da escola pública que, a seu ver, traduzem-se em barreiras efetivas às perspectivas de mudança no trabalho docente. As questões apresentadas têm como pano de fundo um estudo de caso de uma escola pública das séries finais do Ensino Fundamental (5a. a 8a.), na periferia de cidade média do interior paulista. A autora assinala que, se a escola é inegavelmente *locus* de formação continuada de professores, seus ritos e regras parecem mais aprisionar que aprimorar o desenvolvimento profissional, obstaculizando perspectivas de mudança educacional. Indica, ademais, que o discurso neoliberal contemporâneo pode estar se apropriando de questões essenciais à construção da educação democrática e, travestindo seus fundamentos e compromissos, disfarça, sob o discurso de *capacitação em serviço dos professores reflexivos*, toda uma gama de questões políticas e problemas estruturais do sistema educativo. Por essa via ignora as condições de trabalho e formação docente, substituindo os argumentos políticos pelos econômicos e sobrepondo questões gerenciais às pedagógicas.

O artigo de Terezinha Franz, **Da avaliação das compreensões às estratégias de ensino: o caso de uma pintura histórica brasileira**, situa-se no campo da relação arte-educação. No âmbito desta temática discute as faculdades de compreensão de um grupo de indivíduos sobre uma pintura histórica brasileira, a “Primeira Missa no Brasil” (1860), de Victor Meirelles de Lima, e as conseqüências didáticas da avaliação destas compreensões para os educadores e estudantes. Seu enfoque é o da “Educação Artística para a Compreensão”, perspectiva que permite a abordagem da obra de arte como um fenômeno cultural. A autora

mostra que a desconstrução de um velho mito da cultura visual hegemônica brasileira (a “Primeira Missa no Brasil”), faz nascer um modelo que pode ser tomado como um provável ponto de partida na Educação para a Compreensão da Arte, seja na escola ou fora dela.

Marco Todeschini, em seu artigo, **A difícil transição para um sistema de ensino superior na Itália**, apresenta as propostas de mudanças no sistema do ensino superior italiano previstas para os primeiros momentos do século XXI. O artigo guarda o tom coloquial da palestra que lhe deu origem. O autor busca chamar a atenção para a radicalidade de tais propostas que, de seu ponto de vista, intervêm profundamente sobre as antigas estruturas acadêmicas italianas, historicamente resistentes a tentativas de mudanças significativas. O texto discute, ainda, a universidade na Itália na perspectiva de uma convergência das universidades européias e, entre outros aspectos, problematiza o projeto Erasmus, que promove o intercâmbio entre alunos dessas universidades.

Esta edição tem seu fecho com o texto de David Ladipo, **O Retrocesso da liberdade: contabilizando o custo da tradição prisional americana**. O artigo situa-se no contexto da dinâmica de exclusões de direitos de cidadania de afro-americanos, dinâmica que opera por meio de múltiplos mecanismos de discriminação de caráter ético-racial, entre elas, o surpreendente crescimento de jovens prisioneiros negros nos Estados Unidos. Embora fuja dos limites do campo estritamente educacional, a oportunidade da publicação desse artigo ganha relevância frente ao crescente movimento de conscientização e repulsa pela exclusão de afro-brasileiros desses direitos, como o importante Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, apoiado pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pela Fundação Ford. Ladipo analisa o caráter fortemente racial do crescimento da população encarcerada naquele país nos últimos anos, mostrando que atualmente quase um terço (32%) de homens negros entre 20 e 29 anos estão submetidos a algum tipo de controle correcional. O artigo argumenta que este sensível crescimento dos números referentes à prisão não resulta de um repentino aumento dos índices de crimes, mas de mudanças deliberadas nas práticas da justiça criminal norte-americana. Tal crescimento incrementa, também, uma “indústria da prisão”, isto é, um programa de investimentos em infraestrutura nas prisões e fora delas, gerador de empregos e serviços de apoio. Argumenta, ainda, que uma das causas da irrupção do

encarceramento encontra-se no oportunismo político e no desejo de explorar e exacerbar respostas racistas e punitivas aos temores sociais.

Deixamos aos leitores e leitoras mais este número de *Perspectiva*, diverso e heterogêneo nos temas educacionais apresentados, múltiplo em sua inserção disciplinar e em seus referenciais teóricos.

Maria Célia Marcondes de Moraes
Ari Paulo Jantsch

Florianópolis, 25 de novembro de 2001

- 1 FARIA, D., RONDELLI, E. e LEITE, S. Uni-Rede: um projeto estratégico para a educação superior. *Parcerias Estratégicas*, n. 9, outubro, 2000, p. 74, 2000.
- 2 SOUZA, P. Renato, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10.out. 2001.
- 3 *EXAME*. v. 30. n. 15, p. 46. 10 a 17 de julho de 1996,
- 4 DUAYER, M. O petróleo, a educação e o ex-ministro, Niterói: Universidade Federal Fluminense, versão mimeografada, 2001.
- 5 WARDE, I., A vampirização mercantil, *Caros Amigos*, ano 5, n. 49, abril, 2001, p.20-21.
- 6 EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C. M. Universidade Dilacerada, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSC, 2001. Texto para Discussão, versão mimeografada.